

# 'Criação de conselho de saúde provoca crise no ministério

*Simone Salles*

**Brasília** — Depois de ler o decreto presidencial que reativa o Conselho Nacional de Saúde, cujo vice-presidente executivo é o ex-senador Gilvan Rocha, o secretário nacional da Vigilância Sanitária, Luís Felipe Moreira Lima, reagiu contra o que ele considera ser a criação de um "Ministério da Saúde alternativo, com capacidade executiva independente da política sanitária do ministro titular".

Ele não poupou o presidente da República: "Recomendo ao presidente José Sarney ler mais sobre o assunto. Só assim ele poderá dirimir dúvidas criadas por ele próprio".

O novo conselho, que desencadeou uma crise no ministério, é presidido pelo ministro da Saúde, Roberto Santos, e composto por 13 conselheiros designados pelo Palácio do Planalto, incluindo representantes dos ministérios da Educação, Trabalho, Previdência e Planejamento e de organismos como o Conselho Nacional de Defesa do Consumidor. Formalmente, o novo órgão vai assessorar o ministro da Saúde na definição e execução da política do setor.

— A intenção do senhor Gilvan Rocha, desde o início, foi reunir poder em suas mãos. Ele deixou isso bem claro em todas as atas de reunião, durante os

estudos para a formação do novo conselho — disse Luís Felipe Moreira Lima.

Gilvan Rocha reagiu às acusações, afirmando que o decreto é transparente e foi constituído com base em moldes de administração moderna, citando o exemplo dos Estados Unidos. E acrescentou: acrescentou:

— Nós não vamos invadir o espaço de ninguém, vamos ocupar um espaço que está vago há sete anos, tempo em que o conselho está desativado.

Luís Felipe disse também que Gilvan Rocha teria tentado excluir o ministro da Saúde da presidência do Conselho, alegando tratar-se de "personalidade extremamente ocupada". Ele lembrou que essa afirmação foi registrada em ata das reuniões preparatórias da constituição do conselho. Gilvan Rocha reagiu veementemente: "É uma informação infundada. O conselho vai assessorar o ministro na Constituinte".

O maior temor de Luís Felipe é que o conselho passe a ter a atribuição de registro e análise de novos medicamentos, produtos de higiene, cosméticos, alimentos, entorpecentes, hemoterapia e saneantes domissanitários. Essa atribuição é, hoje, da Secretaria de Vigilância Sanitária. Pela secretaria passam todos os pedidos de laboratórios nacionais e, principalmente, internacionais, para liberação de medicamentos e outros produtos,

envolvendo grandes interesses comerciais. Gilvan Rocha assegura que essas tarefas continuarão sob controle da secretaria e que o conselho "ficará encarregado apenas de ditar as normas e nortear a política sanitária do país".

Enfatizando a importância do conselho, Rocha disse que vai consultar especialistas de todas as áreas da saúde para orientar as decisões do organismo. Os técnicos que trabalham com Luís Felipe lembram que as portarias e pareceres emitidos pela secretaria sempre tiveram o respaldo da comunidade científica e citam como exemplo o caso da regulamentação da produção e comercialização de xaropes e antidistônicos, que provocou intensa polêmica no segundo semestre do ano passado.

— O decreto tem duas leituras. A primeira seria a redundância de todas as leis, decretos e portarias que regulamentam tanto o conselho quanto a secretaria. A segunda leitura, incorreta, mas que certamente será feita, vai aniquilar todos os progressos que fizemos ultimamente no setor — afirmou Luís Felipe.

O ministro da Saúde, Roberto Santos, limitou-se a dizer que o decreto que cria o novo conselho pouco difere do anterior, com exceção da criação de câmaras técnicas. O ministro preferiu não discutir publicamente as ponderações do secretário de Vigilância Sanitária.